

Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio no curso técnico em enfermagem: fatores e reflexões

School dropout in secondary-level technical professional education - technical course in nursing: factors and reflections

Recebido: 29/06/2022 | Revisado: 20/03/2023 | Aceito: 20/03/2023 | Publicado: 26/06/2023

Angela Valéria de Amorim
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3252-5744>
Instituto Federal de Pernambuco
E-mail: angela.amorim@abreuelima.ifpe.edu.br

José Alex Alves dos Santos
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0386-6796>
Instituto Federal de Pernambuco
E-mail: alex.alves@abreuelima.ifpe.edu.br

Danielle Mota Bastos
ORCID:
Instituto Federal de Pernambuco
E-mail: danielle.mota@abreuelima.ifpe.edu.br

Joana D'arc Lyra Batista
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1252-5691>
Instituto Federal de Pernambuco
E-mail: joana.lyra@abreuelima.ifpe.edu.br

Pauline Cristine da Silva Cavalcanti
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1743-2075>
E-mail: pauline.cavalcanti@abreuelima.ifpe.edu.br

Patrícia Maria de Oliveira Andrade Araújo
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9693-4323>
E-mail: patricia.araujo@abreuelima.ifpe.edu.br

Rosa Maria de Oliveira Teixeira de Vasconcelos
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6719-962X>
E-mail: rosa.vasconcelos@ead.ifpe.edu.br

Como citar: AMORIM, A. V.; et al.,. Evasão escolar na educação profissional técnica de nível médio no curso técnico em enfermagem: fatores e reflexões. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-22, e14095, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo trata dos fatores que motivaram a evasão escolar dos estudantes do curso técnico subsequente em Enfermagem de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, entre 2017 e 2020. Os dados deste estudo foram de natureza quantitativa e qualitativa, sendo os dados quantitativos obtidos na CRAD e PNP, já os qualitativos por entrevistas com os coordenadores. Dentre os evadidos, a maioria eram mulheres, pardas/pretas, entre 15 e 25 anos e renda de até dois salários-mínimos. Nos discursos, tanto fatores internos quanto externos a instituição foi citada como causa da evasão escolar e os programas de assistência estudantil foram citados como forma de combate à evasão.

Palavras-chave: Evasão escolar; Técnico em Enfermagem; Educação profissionalizante.

Abstract

This article deals with the factors that motivated the dropout of students from the subsequent technical course in Nursing on a campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco, between 2017 and 2020. The data of this study were of a quantitative and qualitative nature, being the quantitative data obtained in the CRAD and PNP, and the qualitative ones by interviews with the coordinators. Among the dropouts, most were women, brown/black, between 15 and 25 years old and earning up to two minimum wages. In the speeches, both internal and external factors, the institution was cited as a cause of school dropout and student assistance programs were cited as a way of combating dropout.

Keywords: School dropout; Nursing technician; Vocational education.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o ensino técnico profissionalizante no Brasil teve início em 1906 - Nilo Peçanha - Decreto nº 787/1906 (BRASIL, 2009a) - sendo fundadas três escolas de ofício em Niterói, Petrópolis e Campos, atendendo a necessidade do desenvolvimento industrial e proporcionando um ensino prático nas indústrias, agrícola e comercial (GARCIA, 2000). Em 1909, Nilo Peçanha, Presidente da República na época, instaurou 19 Escolas de Aprendizes Artífices destinadas ao ensino técnico profissional, primário e gratuito, Decreto nº 7.566/1909 (BRASIL, 1909), possuindo uma legislação específica, diferenciando das outras instituições de ensino privadas, estaduais e das próprias escolas mantidas pelo governo federal.

Em décadas posteriores, a educação profissional continuou subordinada e atendendo as necessidades econômicas, principalmente no período da revolução industrial no Brasil (1930-1956), devido ao modelo econômico capitalista, que exigiu modernização tecnológica, graças a um acordo estrangeiro de diferentes países, subordinado ao grande desenvolvimento do capitalismo com projetos de metas de energia, transportes, industrialização, alimentação e educação no período entre 1930 a 1964 e intensificado no governo de Juscelino Kubitschek (RAMOS, 2014).

Mais especificamente, em 1937, as escolas criadas por Nilo Peçanha foram transformadas em Liceus Profissionais, sendo destinadas ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Já em 1942, os Liceus foram transformados em Escolas Industriais Técnicas, e em 1959 passaram a constituir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação das Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 2009a).

Nessa perspectiva Frigotto (2007) traz uma dimensão de relatos construtivo e reflexiva sobre a educação básica e a educação profissional relacionado as estruturas sociais formada por uma base de um país colonizado e escravista durante muitos anos. Os programas neoliberalista e os projetos capitalista que formou uma associação dependente. As mudanças educacionais desenvolvidas por pensadores socialistas, políticas e econômicos surgiram para permear projetos que beneficiasse as classes mais baixas da sociedade. No entanto, ainda há uma dualidade que separa a universalidade do ensino básico com o ensino profissional e tecnológico no Brasil. A preocupação seria penas formar cidadão submisso e adaptado para o desenvolvimento capitalista (FRIGOTTO, 2007).

Assim, várias reformas no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), durante à ditadura militar, trouxe reflexões e novas projeções para as políticas educacionais. Entretanto, caracterizou-se por uma dualidade discriminatória, pois não alcançava a todos e extinguiu o ensino geral, tornando a educação profissionalizante compulsória. Logo depois, foi revogada pela Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982). Já em 1978, foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (BRASIL, 2009b).

As políticas sociais, tem por objetivo de desenvolver um aspecto de universalidade dos direitos sociais para os seres humanos de forma geral. Por tanto, tem características democráticas alcançando uma política universal para cidadania proporcionando direitos e mediações com instituições reguladoras e mediadoras. Além disso, as políticas educacionais devem ser desenvolvidas para alcançar uma

igualdade social e econômica para forma cidadão autônomo e com um crescimento de uma educação permanente de vários níveis e modalidades (MORAES, 2006).

A educação profissional passou por outra mudança com a nova LDB, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no capítulo III em que define os níveis e modalidades como as de formação técnica, qualificação de forma permanente. E por fim, em 2008, se deu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais, Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008).

Para tanto, o principal objetivo desta rede de ensino sempre foi oferecer uma formação célere, para jovens e adultos, que necessitam adentrar no mercado de trabalho e recorrem aos cursos técnicos. Assim, a partir da nova LDB a rede federal vem se configurando por uma formação integral e integrada, buscando a formação cidadão para vida e para o mundo do trabalho e não exclusivamente para o mercado de trabalho (WENTZ; ZANELATTO, 2018).

Neste contexto histórico, o ensino de enfermagem no Brasil passou por adaptações de acordo com o quadro político-econômico-social (PAVA e NEVES, 2011). Sendo a primeira escola de Enfermagem Brasileira criada pelo Decreto Federal 791 de 27 de setembro de 1890, com foco para formação hospitalar, devido à carência de profissionais para a atuação do cuidado (SILVA e GALLIAN, 2009). Ao longo dos anos esses conhecimentos foram aprimorados com diferentes graus de conhecimento e com competência técnico-científica em ambientes hospitalares públicas e privadas (CASTELLANOS, 1988; PEREIRA, 2006). O desenvolvimento do capitalismo proporcionou o crescimento de muitas profissões, da população, do sistema sanitário, socioeconômico e o adoecimento da população (BAPTISTA & BARREIRA, 1997).

A saúde passou por diferentes práticas desenvolvidas na saúde, principalmente o trabalho médico e de enfermagem nas práticas hospitalares. Neste interim, houve uma necessidade de intervir com práticas e conhecimento teórico do saber e da educação na formação/qualificação dos profissionais da saúde. A evidência da divisão social do trabalho mais conhecida no âmbito da formação profissional em saúde, principalmente a enfermagem (PEREIRA e RAMOS, 2006). Os cuidados prestados aos doentes também foram subdivididos por categorias da profissão de acordo com a gravidade da doença e os cuidados prestados que vai do enfermeiro, técnico enfermagem e auxiliar de enfermagem (DANTAS e AGUILLAR, 1999).

Em 1961, com promulgação da Lei nº 4024, na qual foram fixadas as novas diretrizes e bases para a educação nacional (BRASIL, 1974b). A nova lei determinou alterações nas estruturas para formação dos profissionais de enfermagem, além da obrigatoriedade de se fazer as duas séries do curso de auxiliar de enfermagem corresponderem aos dois primeiros anos ginasiais, com a inclusão de cinco disciplinas obrigatórias em seu currículo, deixou ainda a possibilidade para a criação de outro tipo de curso, o de técnico de enfermagem (PEREIRA; RAMOS, 2006).

No entanto, não houve um avanço de imediato para o curso técnico em enfermagem. Em 1996, com as mudanças da estrutura do sistema educacional brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), o Decreto-Lei nº 2.208/97 regulamentou a nova lei no que se refere

ao ensino de nível médio e ensino profissionalizante. O avanço neste decreto possibilitou estruturação e avanço do curso técnico em enfermagem no perfil de competências necessárias à atividade requerida, em cada um dos níveis profissionais. Além disso, o trabalhador brasileiro teve a oportunidade de aprender outros conteúdos integralizando e proporcionando cidadania com competências que o curso seria intermediário entre o de graduação e o de auxiliar e estaria na faixa do segundo grau, atendendo as novas regras da LDB (FRIGOTTO et al, 2005; DANTAS e AGUILLAR, 1999).

O técnico em enfermagem que é o nosso sujeito de estudo foi muito contextualizado na década de 1990, pois a legislação exigia que os técnicos fossem integrados ao ensino médio (ABEN, 1996). No entanto, já existia o auxiliar de enfermagem e o técnico em enfermagem em 1966. A associação Brasileira de enfermagem responsável pelo desenvolvimento acadêmico de enfermagem desenvolveu comissões permanente em educação de nível médio, graduação e pós-graduação em 1991 para atender a demanda por falta de profissionais qualificados e as diretrizes e bases da educação nacional de 1996 (LDB) foram realizados currículos diferenciados para os dois cursos e campos de atuação (GAVERNI, 2002).

O curso de auxiliar de enfermagem tinha uma escolaridade no ensino fundamental e o curso técnico de enfermagem tinha uma formação do ensino médio com qualificação integral (GAVERNI, 2005). O curso de auxiliar foi extinto por Resolução COFEN 276/2003 que deveriam realizar o complemento para o técnico em enfermagem em 5 anos. Desta forma, atendendo as novas estruturações dos cursos técnicos de nível médio da Lei 9.394/1996 (LDB) e hoje existe apenas o curso técnico enfermagem e o superior (COREN, 2008).

Todavia, mesmo nesta modalidade, são registrados casos de abandono dos cursos antes da conclusão, o que contribui com os índices de evasão escolar (WENTZ; ZANELATTO, 2018). Nesta perspectiva a autoras Abramovay e Castro (2003) define que o abandono escolar ocorre quando o aluno interrompe os estudos por diferentes motivos durante o ano letivo e podendo voltar no ano seguinte. No entanto, a evasão escolar, advém de uma interrupção dos estudos pelo aluno, deixando de frequentar a escola de forma definitiva. Sendo assim, o abandono e a evasão são termos que expressão a mesma situação, pois os dois termos distanciam o aluno de concluir o curso e se afastando da instituição de ensino (TEMP *et al.*, 2020).

A evasão escolar historicamente no sistema educacional do Brasil e no mundo ocorre em diferentes modalidades e níveis de ensino que causam impactos na vida de muitos alunos (FEITOSA, 2020; SILVA e MIRANDA, 2018). As causas da evasão são compreendidas e abordada por múltiplos fatores, que são baseados em aspectos externos e internos da instituição de ensino. Os fatores internos estão centrados na administração da escola, professores, currículos pedagógicos, linguagem, problemas de aprendizagem dentre outros (SOUSA *et al.*, 2011) e os fatores externos estão assentados no trabalho, nas relações e diferenças socioeconômicas e ao envolvimento com as drogas seguidas de violências (BENETTI, 2008; NERI, 2009).

“O ato da evasão escolar é muito mais que abandono do ambiente escolar, é mudança na trajetória profissional deste estudante, alteração nas perspectivas

pessoais e profissionais, e essas muitas vezes podem ter efeitos devastadores ao longo de sua existência” (WENTZ e ZANELATTO, 2018, p. 121).

No cenário nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2019), apontou que as causas da evasão escolar estão relacionadas a necessidade de trabalhar (39,1%) e falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%). Em relação à educação profissional, o estudo apresentou que de quase 171 milhões de pessoas de 14 anos ou mais, 26,7 milhões frequentaram algum curso de qualificação profissional, resultando em um percentual de 15,6% a mais que em 2018 (IBGE, 2019).

Diante destes dados, há uma preocupação tanto das instituições de ensino, profissionais da educação e coordenadores, quanto da sociedade perante a evasão do estudante no ambiente escolar. Para tanto, faz-se necessário diagnosticar as principais causas deste fenômeno para criar estratégias para enfrentá-lo. Não diferentemente, o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) também registra preocupação com a temática, todavia, assim como a maioria das instituições de ensino só relatam números, sendo de suma importância um trabalho baseado em pesquisa, que identifique as causas para auxiliar na resolução do problema.

Desde a criação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), em 2018, foram observados altos índices de evasão escolar nos cursos ofertados pela Rede Federal de Ensino, sendo essa realidade refletida no IFPE - *Campus* Abreu e Lima. Neste contexto, questiona-se então: Quais os fatores que motivaram os estudantes a desistirem do Curso Técnico em Enfermagem subsequente do *Campus* Abreu e Lima pertencente ao Instituto Federal de Pernambuco, no período de 2017 a 2020?

Para tanto, o objetivo do estudo foi analisar os fatores que motivaram a evasão dos estudantes do Curso Técnico subsequente em Enfermagem a desistirem do curso do campus Abreu e Lima do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, entre 2017 e 2020.

2 PRODECEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No que tange à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa de campo de natureza quantitativa e qualitativa como forma de entender a natureza do fenômeno social pesquisado, possibilitando descrever a complexidade da evasão escolar nos cursos técnicos profissionais (KNECHTEL, 2014).

Para Creswell (2010), uma pesquisa realizada por diversos instrumentos e/ou procedimentos de coleta de dados (quantitativos e qualitativos) possibilitaria a compreensão do problema analisado e que reflete em um diálogo entre o investigador e os sujeitos da pesquisa. Corroborando com o autor, Gil (2019) retrata que na triangulação da informação, recorre-se também a dados numéricos que, por meio de técnicas estatísticas, possibilitam a descrição da população encontrada em documentos e plataformas. Diante deste contexto, considerou-se importante a

realização do cruzamento dos dados numéricos, das plataformas do Ministério da Educação (MEC), mais especificamente da Plataforma Nilo Peçanha, e os dados fornecidos pela própria instituição, com os dados oriundos dos sujeitos por meio das entrevistas semiestruturadas.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA E POPULAÇÃO

A população avaliada foram os estudantes evadidos do curso Técnico em Enfermagem no período entre setembro de 2017 (início do curso no *Campus* Abreu e Lima) até dezembro de 2020 (período pandêmico da COVID-19). A população é constituída por um conjunto determinado por várias características, que faz com que se escolha um determinado grupo, selecionando pessoas, comportamento e eventos, dentro de um universo para realizar uma pesquisa (GIL, 2019).

No presente estudo, a amostra foi determinada pela quantidade total de estudantes evadidos do curso técnico de enfermagem do *Campus* de Abreu e Lima do IFPE, conforme dados obtidos pela PNP e pelos dados informados pela CRAD. A amostragem, na investigação por ciclo, advém do grupo de ingressantes ou concluintes com características específicas, podendo realizar o recorte da amostra por cursos, eixos, modalidade de ingresso, dentre outros. A fórmula de cálculo é definida por “Taxa de evasão do ciclo = estudantes que tiveram a matrícula finalizada sem êxito no ciclo / ingressantes do ciclo” (BRASIL, 2014, p. 25).

Considerando o status de matrícula, o MEC calcula a evasão escolar levando em conta que: “a evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa” (BRASIL, 2015, p. 2). Para tanto, ainda para o MEC, a evasão ocorre na amplitude de dois status: matrícula ativa, identificada no início do curso, e matrícula finalizada, identificada após o encerramento de todas as etapas da formação (BRASIL, 2014).

Para tanto, os dados relativos à população definida para esta pesquisa foram coletados da plataforma do MEC (PNP) e da Coordenação de Registro Acadêmico (CRAD); assim como de algumas coordenações do IFPE - *Campus* Abreu e Lima afetas ao fenômeno investigado: Coordenação do Curso Técnico em Enfermagem (CTE), nomeado por sujeito A; Coordenação de Ensino do (CEN), nomeado por sujeito B; e Divisão de Apoio ao Ensino e ao Estudante (DAEE), nomeado por sujeito C. Os sujeitos foram nomeados desta forma para manter o anonimato da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com sujeitos que representavam tais coordenações.

Para melhor compreensão do fenômeno, deve-se levar em consideração alguns aspectos do cenário escolar/social, a saber: o nível de escolaridade, o tipo de evasão e os motivadores da evasão. Respectivamente, o nível de escolaridade está relacionado à obrigatoriedade ou não do ensino, assim como a universalização da oferta de vagas; o tipo de evasão relaciona-se com a possível retomada dos estudos; já os motivadores são a justificativa da evasão (JORDAN; LARA; MCPARTLAND, 1996; DORE; LÜSCHER, 2011). Sendo assim, se percebe que o acesso e a oferta do curso podem influenciar no processo de evasão escolar, pois interfere na forma e no momento no qual ocorre a evasão (ALVAREZ *et al.*, 2021).

Para atendermos os aspectos éticos e legais, as entrevistas foram realizadas após a assinatura dos sujeitos, de forma online (*Google® Forms*), do Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE) para participação na pesquisa. Neste termo, informamos que a participação é voluntária e anônima e, que os participantes tinham o livre arbítrio de optar por participar ou não da pesquisa de acordo com a Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e da Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

2.3 LOCAL DA PESQUISA

Fazendo parte do grupo dos sete novos *campi* da Expansão III do IFPE, o Campus Abreu e Lima, localizado na região Metropolitana do Recife, foi escolhido como local de pesquisa por se tratar de uma amostra dos campi mais recentes do IFPE, mas que enfrenta problemas antigos, como o fenômeno da evasão escolar no Curso Técnico em Enfermagem.

2.4 INSTRUMENTO DE COLETA

Devido à pandemia da COVID-19, ficou-se impossibilitado de manter o contato presencial com os estudantes por intervenção da portaria nº 544/2020 (BRASIL, 2020), por este motivo, optou-se por realizar a coleta de dados quantitativos e qualitativos por meios digitais.

Os dados quantitativos foram coletados por meio das informações presentes na PNP e as fornecidas pela CRAD, como: número de estudantes matriculados, número de estudantes evadidos, taxa de evasão e dados socioeconômicos. Já os dados qualitativos foram coletados através das entrevistas semiestruturadas com a DAEE, CEN e CTE, com questões abertas cujo roteiro foi construído com o auxílio *Microsoft® Word* e, realizadas por videoconferência no *Google® Meet*. Abordou-se os conhecimentos das coordenações sobre os motivos da evasão: fatores internos à instituição (infraestrutura, metodologias aplicadas em aula teóricas e práticas e assistência estudantil) e fatores externos à instituição (pandemia da COVID-19 e fatores socioeconômicos).

As entrevistas para Marconi e Lakatos (2018) tem o propósito de desenvolver uma técnica que envolve o pesquisador e o entrevistado, uma dinâmica de coleta de dados através de um diálogo assimétrico. A entrevista possibilita informações qualitativas e quantitativas e podem ser realizadas por meio eletrônicos, e-mail e telefônico. Além disso, a entrevista qualitativa reúne informações por meio de um roteiro simples guiado por uma espontaneidade sem constranger o entrevistado por meio de diferentes ferramentas com o objetivo de coletar informações importantes para pesquisa.

Portanto, o modelo de entrevista semiestruturada foi escolhido por ser flexível e possuir um roteiro prévio, mas também possibilita que o entrevistado e o entrevistador façam perguntas fora do roteiro. Desta forma, o diálogo é mais dinâmico

e pode ter características exploratória mais ampla nas questões da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2018).

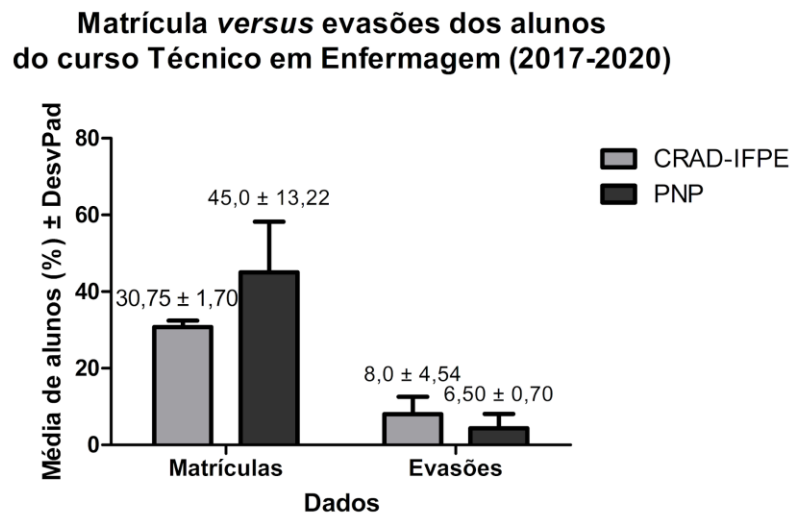
2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Inicialmente, os dados coletados foram tabulados e confrontados com o referencial teórico, o que possibilitou a resposta da questão condutora da pesquisa. Para tanto, os dados quantitativos foram analisados pelo *software GraphPad Prism*® (version 7.0), onde foram submetidos a um teste *t student*. Já as entrevistas, dados qualitativos, foram transcritas pela plataforma *ReSharper*® e posteriormente lidas e revisadas, seguida da análise e discussão dos resultados por meio de diálogo (triangulação) estabelecido entre os dados quantitativos, qualitativos e o referencial teórico estabelecido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A priori, como descrito no desenho metodológico deste estudo, foi realizado um levantamento quantitativo das matrículas, evasão e, conseqüentemente, taxa de evasão dos estudantes matriculados no curso Técnico em Enfermagem do *campus* Abreu e Lima – IFPE (Fig.1).

Figura 1: Estudantes matriculados versus Evasão dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem, Campus Abreu e Lima – PE (2017 a 2020).



	2017		2018		2019		2020	
	Matrícula	Evasão	Matrícula	Evasão	Matrícula	Evasão	Matrícula	Evasão
IFPE	33	14	29	09	31	04	30	05
PNP	30	00	50	07	55	06	-	-

Fonte: os autores com base nos dados da CRAD e da PNP.

Legenda: Teste t de student, Média \pm Desvio Padrão. Valor de $p < 0,05$.

O *Campus* Abreu e Lima começou a ofertar cursos de extensão a comunidade local, culminando na abertura de novos cursos técnicos, de forma regular, a saber: o Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, em agosto de 2016, e o Técnico Subsequente em Enfermagem, em setembro de 2017. O curso Técnico em Enfermagem tem a duração mínima de dois anos (24 meses) diurno e oferta 30 vagas a cada ano. O processo seletivo ocorre por meio de vestibular ou transferência. A estrutura curricular do curso é disciplinar, organizadas em quatro módulos (oito semestres) e apresenta uma carga horária de 1.200 horas de teoria-prática e 600 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório e 40 horas para o componente curricular optativo em Libras, totalizando 1840 horas.

O curso Técnico Subsequente em Enfermagem, em setembro de 2017, teve em torno de 30 estudantes matriculados dados da CRAD, tendo 14 estudantes evadidos ao longo do curso, o que corresponde a uma taxa de 46,6% de evasão escolar. Nos anos posteriores estas taxas foram reduzindo exponencialmente até o ano de 2019 (12,9%), havendo um novo aumento em 2020 (16,6%). Em contraponto com os dados apresentados pela CRAD, a PNP traz taxas de evasão menores, seguindo desde 2017 (0%) a 2019 (10,9%), não apresentando os dados de 2020. Apesar das variações dos valores, estatisticamente esses dados não apresentam diferença significativa ($p > 0,05$) (Fig. 1).

Quando se trata de evasão escolar é importante considerar fatores conjunturais, externos à instituição, e os fatores internos à instituição. Para Arroyo (1997, p. 23), “na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o estudante não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra”.

Como pôde ser notado, problemas internos da instituição podem acarretar evasão escolar. Não diferentemente, o *Campus* Abreu e Lima, só veio a ter sua sede definitiva após 5 anos de sua fundação, por isso, teve muitos problemas como espaço físico para atividades em geral, mais especificamente, os laboratórios. Sendo estes adaptados em contêineres locados para esta finalidade. Além disso, outro motivo de reclamação constante pelos estudantes, era a quantidade de conteúdos ofertada em um curto período.

O exposto acima de fato, refletiu nos primeiros anos de curso em uma maior taxa de evasão escolar, reduzindo após a transferência para sede definitiva em 2019. Todavia, devido à pandemia da COVID-19, percebeu-se um aumento da evasão no ano de 2020, principalmente por fatores econômicos, saúde dos familiares e metodologias de ensino (aulas remotas).

Tais informações puderam ser confirmadas pelas entrevistas com os sujeitos do IFPE. E para melhor discutir os achados, à luz do referencial teórico da pesquisa, buscou-se construir os resultados a partir das convergências temáticas dos discursos, elencando três categorias, a saber: 1 - Identificação da evasão escolar pelos sujeitos do IFPE; 2 - Problemas internos e externos que motivam a evasão escolar; 3 - Busca de estratégias/soluções para resolução da evasão escolar.

Na categoria 1, as falas dos sujeitos convergem para a falta de conhecimento sobre tal fenômeno, a fala do sujeito C sintetiza esta questão.

Sujeito C: Então professora, a gente até tem o conhecimento, mas não quantitativamente, tipo, quantos alunos evadiram? A gente ia acompanhando os alunos durante o semestre de acordo com a frequência além da frequência como ela não funciona muito bem, porque tem sempre o impasse infelizmente entre a colocação no sistema (Q-acadêmico) das aulas e da frequência dos alunos.

Segundo Dore e Lüscher (2011) dentre os fatores de evasão ou a permanência do estudante na escola/instituição de ensino podem estar relacionadas à infraestrutura, ao corpo docentes, aos recursos escolares e aos processos de ensino e aprendizagem que podem estar relacionados a estrutura do currículo dos cursos, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. Esses fatores internos podem estar associados aos fatores externos, pois são um conjunto que favorece a evasão ou a permanência do estudante.

Para tanto, na categoria 2, para os entrevistados tal fenômeno está relacionado a fatores interno (curso integral) e externo (fatores financeiros), podendo ser sintetizados nas falas dos sujeitos B e C.

Sujeito B: A gente percebe uma vertente muito importante é a questão financeira dos alunos e tem alguns alunos que relatam a necessidade de se ausentar do curso e faz o trancamento até mesmo de desistir do curso, enfim, tem que trabalhar, tem que ajudar com a renda em casa e aí por esse motivo acaba desistindo. O curso técnico de enfermagem é mais puxado e ele tem uma carga teórica pesada e uma carga horária prática em estágio, então os alunos têm que se dedicar ao curso de forma integral acontece de estar tarde hora em aulas teóricas hora em campo de estágio. [...] Além da questão da disponibilidade tem que ter muitas vezes, recurso para a questão do Transporte e da alimentação. [...] terminam desistindo do curso porque não conseguem conciliar.

Sujeito C: [...] a meu ver é o problema financeiro mesmo, é o curso que o aluno precisa doar muito e ter essa questão de vulnerabilidade. Eu já conversei, a gente até pensa não vou fazer assim vamos ver se tem algum auxílio em pode lhe ajudar e aí ele vem conversando que de fato não dá que tá todo mundo desempregado hoje, não é informal, tem algumas situações especificadas da família que eles relatam, mas que é bem particular. Problemas bem mais pessoais deles, porque até para gente reverter essa situação é complicado para atender a situação daquele aluno. Digamos assim, apesar de a gente saber que a permanência dele é o que vai tirar dessa situação, mas que a longo prazo, mas a gente tem que ter e não consegue reverter isso, entendeu? No momento.

Entretanto, os principais fatores internos mencionados durante a entrevista estão relacionados a questões pedagógicas e carga horária do curso, como mencionado pelo sujeito A.

Sujeito A: [...] O projeto pedagógico do curso tem orientação metodológica que é uma vinculação entre teoria e a prática. O curso técnico de enfermagem tem regime integral e todas as disciplinas que nós consideramos que são teórico-práticas. Desde o primeiro período, estimulamos os discentes a participar das disciplinas na construção e fazer crítica à sua percepção da profissão da enfermagem. Então a gente vincula para além das questões assistenciais, procedimentais da profissão e aplicação prática desde as técnicas básicas, que seria semiologia e semiotécnica até quando a história da enfermagem, ética e legislação [...] como também interdisciplinares como português e matemática.

De maneira geral, quando se considera fatores externos à instituição, a resposta mais relatada está associada a questões econômicas, como a falta de recursos financeiros, a necessidade de trabalhar e, conseqüentemente, a incompatibilidade de horários. Já quando se trata de fatores associados à instituição, é comum encontrar requisitos didático-pedagógicos, que motivam o estudante a abandonar, como: carga horária, tempo de curso, estágios obrigatórios e falta de associação entre a teoria e a prática (OLIVEIRA, 2016).

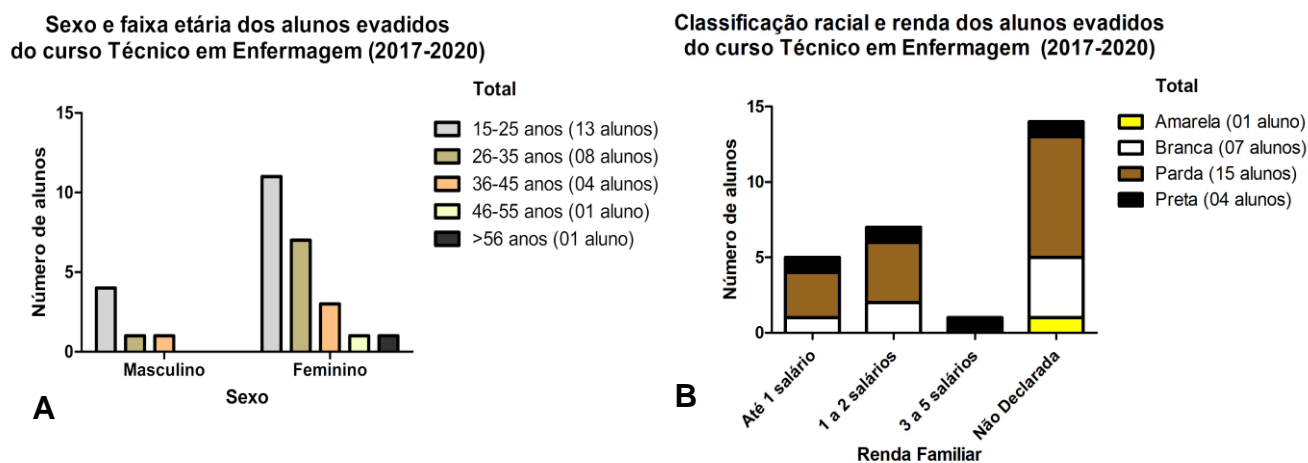
Neste contexto, a CRAD traça um perfil socioeconômico dos estudantes matriculados em cada *campus* do IFPE no ato da matrícula, com os seguintes dados: data de nascimento, sexo, naturalidade, renda familiar, estudante cotista e cor/raça. A PNP traz informações gerais das matrículas e das evasões, mas não caracteriza o perfil socioeconômico dos estudantes evadidos, devido a este fato, foram considerados os dados ofertados pela CRAD do *campus* Abreu e Lima, no qual disponibilizou os dados de 32 estudantes evadidos, do período entre 2017 e 2020, sendo considerados 27 estudantes, por apresentarem os dados completos.

A priori, estes dados iriam ser coletados diretamente com os estudantes através de questionários semiestruturados, todavia, não foi possível a realização de contato presencial, devido a pandemia da COVID-19, tampouco, os estudantes evadidos responderam contatos telefônicos e nem e-mails. Sendo assim, justificam-se as únicas fontes de dados disponíveis, a CRAD e as entrevistas com os sujeitos do *Campus* Abreu e Lima.

Para a CRAD, este fenômeno foi identificado predominantemente em mulheres (77,7%); pardas/pretas (49,5%); com idade entre 15 e 25 anos¹ (37,4%); e renda de até dois salários-mínimos (25,9%) (Fig. 2).

¹ Esclarecemos que os dados obtidos por meio da CRAD referem-se a estudantes de todas as formas de oferta (Formação Inicial Continuada – FIC, Integrado e Subsequente), não se restringindo ao subsequente objeto desta análise.

Figura 2: Dados socioeconômicos dos estudantes evadidos do curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal de Pernambuco do campus Abreu e Lima - 2017 a 2020.



Fonte: os autores com base nos dados da CRAD e da PNP.

Legenda: A – Classificação racial *versus* renda familiar mensal dos estudantes evadidos; B – Sexo *versus* faixa etária dos estudantes evadidos.

Para ingresso na instituição, estes estudantes passaram por vestibular, análise do histórico escolar ou média do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sendo 13 estudantes (48,14%) não optaram por cotas; 07 estudantes (25,92%) oriundos de escola pública com baixa renda, 06 estudantes (22,22%) vindos de escola pública autodeclarado preto, pardo ou indígena; 01 estudante (3,72%) procedente de escola pública com deficiência, baixa renda e autodeclarado preto, pardo ou indígena.

Os dados encontrados na pesquisa corroboram com os dados encontrados na literatura. Para Miranda *et al.* (2019), a evasão escolar em um curso técnico de enfermagem em uma instituição federal de Minas Gerais teve uma predominância de mulheres, com idades entre 20 e 29 anos, pardas/mulatas e com baixa renda mensal. Em um estudo no Paraná, o curso técnico em enfermagem é predominantemente feminino e, conseqüentemente, as evasões também são maiores neste público, sendo maior nas pessoas a partir dos 24 anos (NUNES *et al.*, 2007).

Em termos de renda familiar mensal, como mencionado, se percebe que é um dado muitas vezes omitido pelo estudante no momento da matrícula (Fig. 2A), já que a maioria destes estudantes optou por não declarar a renda. Entretanto, este é um dado primordial para caracterização econômica deste estudante e pode ser tomado como base para possíveis auxílios/bolsas ofertados pelas instituições de ensino (CRUZ, 2013). Como exemplo pode-se verificar que no último edital do Programa de Bolsa Permanência do IFPE, Edital nº 38 - GR de 20 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021), um dos critérios é a comprovação de renda familiar.

Esta variável é um fator influenciador na evasão escolar, pois há uma relação direta entre a baixa renda e a manutenção do estudante no curso (MIRANDA *et al.*, 2019). A necessidade financeira (salário-renda), é um dos fatores que impedem

a conclusão dos estudos e, conseqüentemente, interfere em uma melhor qualificação para o mercado de trabalho (JOHANN, 2012).

Os dados apresentados nesta pesquisa corroboram com estudos anteriores, que demonstram que a necessidade financeira é um fator crucial para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, tendo uma porcentagem menor de evasão em alunos que recebem algum tipo de auxílio dos Programas de Auxílio Estudantil (SACCARO et al., 2016, CAMPOS, 2018; CAVAINAC e LOIOLA 2018; CESPEDES et al., 2021). Além disso, tais alunos ainda apresentaram um melhor coeficiente de rendimento comparados a aqueles que não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro (CESPEDES et al., 2021).

Ainda na categoria 2, durante as entrevistas com os sujeitos do IFPE foi percebido em suas falas os aspectos relativos à infraestrutura, desenvolvimento do ensino e aprendizagem, no entanto, o que mais pesou para desenvolver estratégias para manter os discentes na instituição foram os recursos financeiros que tem diminuído a cada ano, e não conseguem atender a todos que estão em estado de vulnerabilidade.

Sujeito C: [...] mas a gente também não consegue fazer muita coisa em grande totalidade porque assim, eu digo uma grande totalidade por exemplo, os valores da bolsa são 130, 180 e 230. Como os nossos recursos são pequenos e normalmente atende todo mundo com o mínimo de R \$130,00 que é para conseguir atender mais alunos, porque se a gente atender com os valores mais altos que seria o ideal. Aquele mais vulnerável de receber o valor maior, a gente consegue atender pouquíssimos. Então a gente prefere até acordar com assistência social para poder atender e aumentar esse número de alunos. Mas hoje a gente tem 160 a 169 mais ou menos estudantes contemplados com a bolsa permanência e temos mais de 300 alunos. Ou seja, isso é pouco menos ainda do que 50% dos alunos atendidos, se a gente for fazer uma análise sabe que 97 a 98% dos estudantes são vulneráveis.

Ainda se tratando de questões financeiras, apesar de o *Campus Abreu e Lima* já estar com a sua sede definitiva em funcionamento, ainda não está com recursos suficientes para contratar os serviços essenciais, a exemplo, da fala do sujeito A:

Sujeito A: Eu acho muito boa estrutura. O espaço do campus é bem planejado, tem sala de aula ampla, blocos de laboratório que são bem no espaço físico, muito bom, muito embora a estrutura de recursos materiais e equipamentos ainda não esteja no padrão ideal que a gente gostaria. Ainda faltam alguns equipamentos para desenvolvimento de práticas em laboratório e em alguns equipamentos que são essenciais, por exemplo uma bomba de infusão contínua, dentre outros. O que é essencial para que o estudante pratique antes de ir para o campo de estágio real, mas temos outros equipamentos que atende a necessidade. Há uma dificuldade de recurso para compra, mas em geral a estrutura para

desenvolvimento das atividades é muito boa e atende cerca de 70% das nossas necessidades [...].

Neste contexto, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) divulgou que os recursos para as Redes Federais tiveram um novo corte para o ano de 2021 representado por uma redução da ordem de 18,2% menor do que o do ano de 2020 (CONIF, 2021).

No campo do ensino de enfermagem, mais especificamente para o ensino técnico, Bartmann (1997), relata que há uma demanda a ser cumprida no ensino técnico em enfermagem, que deve seguir três aspectos básicos: o perfil epidemiológico atual do país, a lei do exercício profissional de enfermagem e as necessidades atuais do mercado de trabalho.

As escolas de formação técnica em saúde, portanto, devem se ocupar com a melhoria dos processos formativos, incluindo a capacitação constante do corpo docente, a reformulação dos seus projetos pedagógicos, o estímulo à construção de novos conhecimentos sobre o trabalho em saúde em suas diferentes dimensões, a criação de material didático entre outras estratégias. Significa dizer que a articulação entre educação e trabalho precisa se traduzir em ações conjuntas entre escola, os serviços de saúde, a gestão e as instâncias de controle social, voltados aos profissionais já inseridos no trabalho (GOTTEMS *et al.*, 2007, p. 5).

Para sua formação, o profissional técnico em enfermagem necessita de uma média de até dois anos. Essa classe profissional representa mais de 75% de profissionais que atuam em hospitais, recebendo em média um salário-mínimo e meio mensal para uma jornada de 12 horas semanais, a cada dois dias (GUARISCH, 2016).

Por uma alta demanda de profissionais na área, muitos jovens procuram uma formação técnica para ingressar no mundo do trabalho mais rapidamente, não diferentemente, na enfermagem os cursos técnicos são bem procurados, a exemplo, no vestibular 2019.2 do IFPE, o curso de maior concorrência foi o curso Técnico em Enfermagem do *Campus* Abreu e Lima com uma relação de 14,53 candidato/vaga, em contrapartida, devido as exigências do perfil de formação como a integralidade da carga horária, neste mesmo ano a taxa de evasão foi de 12,9%.

Na última categoria analisada, estratégias/soluções para resolução da evasão escolar, os sujeitos pontuaram apoio psicológico (assistência multidisciplinar), e programas de apoio estudantil (auxílio financeiro), como citado pelo sujeito C, para resolução de fatores externos.

Sujeito C: Então, a gente tenta ao máximo atender o número de alunos, tanto a coordenação de ensino com a parte pedagógica direciona até a mesma a direção geral. A gente tem feito algumas ações digamos assim de cunho próprio mesmo, como a gente não tem tanto recurso, pois os recursos governamentais têm diminuído a cada ano e não conseguimos cobrir todas as necessidades. [...] então, o

que foi feito, comprou cesta básica em 2020, esse ano a gente já não conseguiu porque estava com pouco recurso por conta do governo não liberar recurso. Aí a gente fez a Cotinha para permitir que esses alunos tivessem acesso a cestas básicas, lanches para os que estavam tão vulneráveis. A gente criou os WhatsApps institucionais tanto como CRAD, como assistente estudantil e de atendimento à psicologia. A gente até tentou implantar o PNAE, que é o programa nacional da alimentação escolar, a gente vem tentando faz tempo, mas nesse momento não consegue porque os anos estão passando e os recursos ao invés de aumentar estão diminuindo. Então a gente está analisando os números dos alunos para conseguir ter um recurso de fato maior para o IFPE varia também de acordo com a quantidade de alunos tem vários pontos, mas a principal delas são os números dos alunos para a gente poder de fato incluir esse lanche na vida acadêmica dos alunos.

Já para resolução de fatores internos, os entrevistados propuseram uma maior integralização dos sujeitos (estudante/professor), além de um maior uso dos laboratórios para aulas práticas, reduzindo as dificuldades e buscando um o ensino mais igualitário, como citado pelo sujeito B.

Sujeito B: ajuda, e a gente percebe que os alunos terminam sendo mais produtivo e o corpo docente tenta fazer essa integração. Hoje o campus tem uma boa estrutura de laboratórios para o curso técnico de enfermagem. Temos um técnico de laboratório de enfermagem disponível para auxiliar nessas aulas e os professores que fazem bastante uso dos laboratórios e temos monitores também para ajudar em algo mais prático. Os professores costumam dividir a turma em grupos, para poder explorar mais e fazer uma correlação com o que está se vendo na teoria relacionada com a prática em laboratório e posteriormente quando se fecha o círculo da disciplina com o estágio. Acreditamos que assim, a metodologia tem dado certo, os alunos têm relatado e tem se mostrado mais preparados quando chegam na prática dos serviços de saúde. [...] a gente sente a necessidade nas questões de português e de matemática e estamos vendo as possibilidades de ofertar cursos para nivelamento [...].

Portanto, como pôde ser visto neste estudo, o fenômeno da evasão escolar é complexo e multidimensional, uma verdadeira expressão de um problema que é coletivo, e que traz consequências de cunho acadêmico e socioeconômico. A permanência do estudante na escola é reflexo da democratização do ensino e deve ser tão importante quanto a captação de estudantes (HEIJMANS *et al.*, 2014). Para Silva, Dias e Silva (2015), este fenômeno envolve questões como: trabalho, capital familiar, questões curriculares, estrutura organizacional e pedagógica da escola. Entretanto, desde estudos antigos se demonstra que os fatores ambientais, como necessidade de complementação de renda, questões sociais, econômicas e de saúde, impactam mais que os fatores acadêmicos (TINTO, 1975; BEAN, 1980).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período analisado (2017-2020), o presente estudo demonstrou que o Curso Técnico em Enfermagem do Campus Abreu e Lima tem um perfil de evasão predominantemente feminino (77,7%), jovens (até 25 anos) (37,4%), negras e com renda de até dois salários-mínimos (25,9%).

A fim de responder à pergunta da pesquisa, durante as entrevistas com os sujeitos das coordenações do IFPE, constatou-se que os fatores que motivam este fenômeno foram: desemprego e a necessidades de trabalhar, incompatibilidade de horários, escola e trabalho; motivos pessoais e/ou financeiros; dificuldades no acompanhamento das aulas em tempos de pandemia; e adoecimento dos familiares.

Neste cenário, o IFPE, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, já traz ações voltadas para permanência e êxito do aluno. Através da Diretoria de Assistência Estudantil que conduz a comissão central de acompanhamento do plano institucional estratégico para a permanência e êxito dos estudantes do IFPE, que é responsável, entre outros aspectos, por apoiar as comissões dos *campi* no desenvolvimento de mecanismos de intervenção que visem à prevenção e à superação dos índices de evasão e retenção; e por avaliar e construir coletivamente encaminhamentos sistêmicos, com vistas ao sucesso acadêmico estudantil (IFPE, 2022).

Para tanto, o IFPE já dispõe de diversos grupos de trabalho compostos por equipe multidisciplinar e programas de Assistência Estudantil (Apoio à Manutenção Acadêmica, Apoio Financeiro Eventual, Aquisição de Material de Apoio, Apoio à Inclusão Digital, Assistência ao Estudante Proeja, Tutoria de Pares, Incentivo a Arte e Cultura, Incentivo a Esporte e Lazer, Apoio a Participação em Eventos, Apoio a Visitas Técnicas, Monitoria, Institucional para Concessão de Bolsas para a Inovação Educativa, Iniciação Científica, Incentivo Acadêmico, Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão) (IFPE, 2022).

Seguindo o PDI 2022-2026, as estratégias desenvolvidas para evitar que o estudante venha a evadir-se foram: oferecer serviços de assistência multidisciplinar; programas de apoio estudantil, auxílios financeiros como bolsa permanência; e uma flexibilização pedagógica, com maior aplicabilidade entre a teoria e a prática. Neste contexto, o desenvolvimento da formação didático pedagógica aos professores é fundamental, pois a falta neste processo pode desmotivar os estudantes.

Portanto, vale ressaltar que os dados quantitativos associados aos dados qualitativos (entrevistas), permitiram evidenciar a importância desta associação na tomada de decisões acerca do problema. Pois, foi possível identificar a necessidade no desenvolvimento de ações pedagógicas e institucionais mais amplas, que não tratem apenas de problemas pontuais da evasão dos estudantes nos cursos técnicos, mas sobretudo que busquem a redução das causas, criando alternativas para que os estudantes permaneçam na instituição.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, K. R.; ALVES, S. C.; MATOS, R. P. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: Levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15630>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- ABRAMOVAY, M., & CASTRO, M. G. (2003). Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília, UNESCO, MEC, 662p.
- ARROYO, M. G. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção Educação Popular, n. 8). Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn. Regimento da Diretoria de Educação da Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília: ABEn-DF, 1996.
- BARTMANN, M. Evolução histórica dos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem no contexto sociopolítico-econômico do Brasil. **Boletim Técnico do Senac**, v. 23, n. 3, p. 26-33, 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/eps-363>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- BEAN, J. P. Dropouts and turnover: the synthesis and test of a causal model of student attrition. **Research in Higher Education**, v. 12, n. 2, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40195329>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- BENETTI, S. P. C. Resiliência e escola-identificação de fatores de proteção da evasão escolar na adolescência. São Leopoldo, RS: UNISINOS. 2008.
- BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 3, p. 650-65.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Publicação Original, Brasília, DF: [S. n.], 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: [S. n.], 2012. Disponível em: . Acesso em: 02 fev. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 23 set. 1909. Disponível em: . Acesso em: 02 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2009a. Disponível em: . Acesso em: 03 fev. 2022.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, nov. 2009b. Disponível em: . Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Edital nº 38 – GR de 20 de agosto de 2021**. Inscrição no Programa de bolsa permanência – semestre letivo 2021.2. Recife, 20 ago. 2021. Disponível em: https://www.ifpe.edu.br/noticias/divulgado-edital-unificado-do-programa-bolsa-permanencia-2021.2/edital_pbp_2021_2-2.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [Lei de Diretrizes e Bases]. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a permanência e êxito dos estudantes. Brasília, DF: MEC, 8 p, 2015. Disponível em: http://200.19.248.10:8002/professores/%23DEPARTAMENTO%20DE%20ENSINO/PERMANENCIA%20E%20EXITO/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC-1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 62, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/KujrW0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 02 fev. 2022.

CAMPOS, L. C. Políticas de permanência estudantil em cursos de licenciaturas no período de 2007 a 2017: a experiência da universidade federal do triângulo mineiro. (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CASTELLANOS, Brigitta Elza Pfeiffer. Estrutura conceitual da enfermagem

brasileira. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 1988, 22: 31-42.

CAVAIGNAC, M. D.; LOIOLA, E. M. A assistência estudantil e o acesso dos jovens da região do sertão de Crateús ao ensino superior: um estudo com alunos do IFCE. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 167-189, 2018.

CAVERNI, L. M. R. *Curso técnico de enfermagem: uma trajetória histórica e legal-1948 a 1973*. 2005. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.

CAVERNI, L. M. R, SANNA, M. C. Dez anos do GIEMEn - Grupo de Interesse no Ensino Médio de Enfermagem. *Rev Paul Enferm* 2002; 21 (3): 262- 8.

CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S. C. P; ROSA, A. S. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v. 29, n 113, p. 1067-1091, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/?format=pdf&lang=pt>

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica não para e não pode parar**. Brasília, CONIF, 7 maio 2021. Disponível em:
<https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/4207-a-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-nao-para-e-nao-pode-parar?Itemid=609>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 7/77. Institui a habilitação de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem ao nível de 2º grau. In: São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos Pedagógicos. Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área da Enfermagem. São Paulo; 1979. p. 177-8.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**.3. ed. Porto Alegre: Penso, 2010.

CRUZ, A. P. **Evasão nos cursos técnicos profissionais: uma análise das principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos do Senac Sete Lagoas**. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.

DANTAS, R. A. S.; AGUILLAR, O. M. O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 7, p. 25-32, 1999. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/Wgx3GnppMHSKf9tKVPVwRs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Outros Temas - Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, set. /dez. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwKNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

FEITOSA, Marivânia da Silva. Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento. 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no

- Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, 2005, 26: 1087-1113. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev, 2022.
- GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. *In: Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas De Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOTTEMS, L. B. D.; ALVES, E. D.; SENA, R. R. A enfermagem brasileira e a profissionalização de nível técnico: análise retrospectiva. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 15, n. 5, p. 1-9, 2007.
- GUARISCHI, A. O técnico em enfermagem. **O Globo**, Opinião, 25 abr. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/o-tecnico-de-enfermagem-19150344>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- HEIJMANS, R., SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais. *In: HEIJMANS, R. (Org.). Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censos 2019**. Cai a frequência aos cursos profissionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IFPE – Plano de Desenvolvimento Individual 2022-2026. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/noticias/ifpe-lanca-o-novo-plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/resolucao-137-2022-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-2022-2026-do-ifpe.pdf>
- JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.
- JORDAN, W. J.; LARA, J., McPARTLAND, J. M. Exploring the causes of early dropout among race-ethnic and gender groups. **Youth and Society**, n. 28, p. 62-94, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/0044118X96028001003>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0044118x96028001003>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MIRANDA, L. C. P.; PACCOLA, R. A.; MIRANDA, L. P.; CARNEIRO NETO, J. A.; PAULA, T. L. O. Caracterizando os evadidos do curso Técnico em Enfermagem de uma Instituição Federal de Ensino. **Temas em Saúde**, v. 19, n. 5, 2019.
- NERI, M. **Motivos da Evasão Escolar**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- NUNES, E. F. P. A. *et al.* Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná. **Revista Ciência e Cuidado e Saúde**, v. 6, n. 4, p. 433-440, out./dez 2007. DOI:

<https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v6i4.3869>. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/3869>. Acesso em: 02 fev. 2022.

OLIVEIRA, A. A. C. **Evasão de um curso técnico de enfermagem**: percepção de estudantes não concluintes. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação nas Profissões em Saúde) – Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde Campus Sorocaba/SP, 2016.

PAVA, A. M.; NEVES, E. B. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. Rev. Bras. Enferm., v. 64, n. 1, p. 145–151, 2011.

PEREIRA, IB., and RAMOS, MN. Educação profissional em saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em saúde collection. 120 p. ISBN 978-85-7541-318-0. Available from SciELO Books .

RAMOS, M.N. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: IFPR – EAD, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. V).

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 44., 2016, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/10648>

SILVA, Denise Bianca Maduro; MIRANDA, Ana. Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional-Brasil e Argentina: Brasil e Argentina. 2018.

SILVA, J.; DIAS, P. C.; SILVA, M. C. Evasão escolar em cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília: perfil socioeconômico de estudantes de cursos técnicos subsequentes do campus Brasília. **Revista UIIPS**, v. 3, n. 6, p. 279-293, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v3.i6.14409>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/14409>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SILVA, M. R. G.; GALLIAN, D. M. C. A Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e seu primeiro currículo (1939-1942). **Rev Bras Enferm.**, v. 62, n. 2, p. 317-22, 2009.

SOUSA, A. A., SOUSA, T. P., QUEIROZ, M. P., SILVA, E. S. L. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Revista Vértices**, v. 13, n. 1, p. 25-37, 2011.

TEMP, Haury; COUTINHO, Renato Xavier. Evasão escolar no ensino médio: uma análise cienciométrica. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 2020, 9.12: e8391210785-e8391210785.

TINTO, V. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. DOI: <https://doi.org/10.3102/00346543045001089>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 02 fev. 2022.

WENTZ, A.G; ZANELATTO, E. M. Causas da evasão escolar do ensino técnico. **Signos**, Lajeado, v. 39, n. 2, p. 115-131, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v39i2a2018.1992>. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1992>. Acesso em: 02 fev.

2022.